

**O QUE VEM DEPOIS DO FIM DA HISTÓRIA: FRANCIS FUKUYAMA E OS
MODELOS DE GESTÃO ESTATAL NUM MUNDO DE CRISE CAPITALISTA**
**WHAT COMES AFTER THE END OF HISTORY: FRANCIS FUKUYAMA AND
STATE MANAGEMENT MODELS IN A CAPITALIST CRISIS WORLD**

Anna Tereza Landgraf¹

Camila Guerreiro Britto²

Luana Cal³

RESUMO

O presente artigo trata do descontentamento que recai sobre as democracias liberais contemporâneas, as quais, em função das suas próprias contradições, já não se apresentam como o modelo triunfante propagado por Francis Fukuyama, em seu artigo “O Fim da História?”, de 1989. O objetivo do estudo é apresentar o pensamento original de Fukuyama a respeito da universalização da democracia liberal do Ocidente como última forma de governo do homem e, a partir daí, demonstrar os problemas enfrentados por sociedades de base capitalista na atualidade, apresentando, ao final, formas alternativas de gestão pública e do bem público. A abordagem utilizada neste estudo fundamenta-se no método qualitativo, por meio de revisão bibliográfica. O estudo conclui que o “fim da História” não ocorreu, que as disputas ideológicas persistem e que é necessário continuar pensando sobre formas democráticas e sustentáveis de governo, não apenas no nível local, como também no global.

Palavras-chave: Francis Fukuyama. Democracia Liberal. Confederalismo Democrático. Socialismo. Bem Viver.

¹ Advogada especialista em Direito Tributário (IBET, Brasil). MBA em Planejamento Tributário, MBA em Gestão e Administração de Negócios e Mestranda em Direito, Governança e Políticas Públicas (UNIFACS, Brasil). E-mail: annalandgraf@gmail.com

² Advogada especialista em Direito Tributário (IBET, Brasil). Mestranda em Direito, Governança e Políticas Públicas (UNIFACS, Brasil). E-mail: csgbritto@gmail.com

³ Advogada do Sistema SEBRAE. Especialista em Direito Público (UFBA, Brasil). Mestranda em Direito, Governança e Políticas Públicas (UNIFACS, Brasil). E-mail: luanacal@hotmail.com

ABSTRACT

This article addresses the discontent with contemporary liberal democracies, which, due to their own contradictions, no longer present themselves as the triumphant model propagated by Francis Fukuyama in his 1989 article “The End of History?”. The study aims to present Fukuyama’s original thought regarding the universalization of Western liberal democracy as the last form of human government and, from there, to demonstrate the problems faced by capitalist-based societies today, ultimately presenting alternative forms of public management and public goods. The approach used in this study is based on the qualitative method, through a bibliographic review. The study concludes that the “end of history” did not occur, that ideological disputes persist, and that it is necessary to continue thinking about democratic and sustainable forms of government, not only at the local level but also globally.

Key Words: Francis Fukuyama. Liberal Democracy. Democratic Confederalism. Socialism. Good Living.

1 INTRODUÇÃO

No verão de 1989, Francis Fukuyama, cientista político nipo-americano, escreveu um artigo intitulado *The End of History?*, para a Revista *The National Interest*, com sede em Washington, DC. Àquela época, o mundo passava por uma grave crise ideológica, com a União Soviética em processo de abertura política (Glasnost) e econômica (Perestroika) desde 1985 sob a batuta de Mikhail Gorbachev. Logo depois da publicação do referido artigo, no ano de 1991, a União Soviética viria ao fim após a eleição de Boris Yeltsin como presidente da Rússia. As reflexões do artigo foram aprofundadas posteriormente pelo autor, e publicado o livro intitulado *The End of History and the Last Man*, no ano de 1992.

Os fatos que se seguem consolidam a perda de espaço do socialismo como modelo econômico de estado: unificação da Alemanha, democratização dos demais países socialistas do Leste Europeu, todos para se aliar ao capitalismo internacional (Kanaan, 2005). A China, por outro lado, iniciava um processo de abertura que, à época, significava uma mercantilização de cerca de 20% de sua economia (Fukuyama, 1989, p. 11).

O próprio Fukuyama descreve a sensação de que alguma coisa muito fundamental tinha mudado no mundo ao observar o curso dos acontecimentos na última década de 1980,

especialmente com o fim da Guerra Fria e o estabelecimento de um certo clima pacífico em algumas regiões do mundo. De acordo com o autor, o século começava com sobrelevada confiança na aliança entre o liberalismo econômico e político, ou seja, entre a democracia e o capitalismo. Tratava-se de uma “vitória escorchante”, nas palavras do autor, do capitalismo sobre o socialismo, um “triunfo do Ocidente sobre o Oriente” (1989, p. 1).

Na esteira desses movimentos, o autor introduz a ideia de que não se estaria vivenciando apenas o fim da Guerra Fria, mas o fim da história em si: o ponto em que a humanidade chegou à definitiva ideologia, que se daria pela universalização da democracia liberal do Ocidente como última forma de governo do homem. Apesar disso, ao longo do texto o autor reconhece que a “universalização” não implica na adoção do modelo por todos os países, e nem da mesma forma. Alguns deles não conseguiriam fazer a transição (como a China, por exemplo), e, por outro lado, mesmo naqueles países em que se desse a plena adaptação, a história e a tradição de cada um deles tenderia a resultar em algumas variações do capitalismo, jamais se igualando ao que se observava nos EUA (autor citado, 1989, *passim*).

Fukuyama admite igualmente que certos eventos ainda teriam o condão de movimentar o curso da relação internacional entre os países, mas que, o “desejo de acessar a cultura do consumo” se espalharia pelo mundo. Para exemplificar, o autor cita o caso do Japão, que “seguiu os passos” dos EUA e espalhou a cultura do consumo pelos demais países asiáticos, promovendo em conjunto o liberalismo político (1989, p. 10). A esse respeito, menciona o caso dos estudantes, filhos da elite chinesa, que estavam em formação em universidades ocidentais:

Existem atualmente mais de 20.000 estudantes chineses estudando nos EUA e em outros países ocidentais, quase todos filhos da elite chinesa. É difícil acreditar que, quando regressarem à casa para governar o país, se contentarão com o fato de a China ser o único país da Ásia não afetado pela tendência democratizante mais ampla (Fukuyama, 1989, p. 11, tradução nossa).

O objetivo do presente estudo é o de investigar a validade das proposições fukuyanianas acima mencionadas, no Século XXI. Em específico, objetiva responder novamente, à luz das transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas no Século XXI, à principal pergunta formulada e respondida por Francis Fukuyama no multicitado texto de referência: Qual a contradição que a liberal democracia não resolve? Pretende igualmente enlaçar, com o nível de

profundidade que é possível no artigo científico, os principais modelos político-econômicos existentes hoje e as alternativas oferecidas pelo multiculturalismo enquanto objeto de estudos de caráter científico.

Quanto à metodologia, o trabalho de pesquisa foi elaborado com base na leitura do texto de Fukuyama, e, a partir dele, foram pesquisados artigos científicos e livros que propõem uma análise crítica ao capitalismo e trazem modelos e soluções para as contradições da atualidade aqui abordadas. Trata-se, desta maneira, de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujo procedimento metodológico utilizado foi o levantamento bibliográfico. Foram buscados autores com produção acadêmica de referência nas áreas de economia, filosofia e ciência política para esta finalidade.

Este artigo está dividido em seis seções, a saber: começa com esta Introdução; o segundo capítulo apresenta o pensamento de Fukuyama sobre um mundo pós-história; a terceira seção pretende responder ao problema proposto, abordando os conflitos que a democracia liberal não resolveu; a quarta apresenta modelos alternativos de gestão para o Século XXI; e a quinta e última seção apresenta as Considerações Finais.

2 PENSAMENTO DE FUKUYAMA SOBRE UM MUNDO PÓS-HISTÓRIA

Ao anunciar o fim da evolução ideológica da humanidade e a universalização da ideologia liberal ocidental, Fukuyama (1989) apresenta a democracia como forma final de governo humano. Seguindo o pensamento de Kojève⁴, Fukuyama defende que, no chamado “Estado universal homogêneo”, todas as contradições são resolvidas e todas as necessidades humanas são satisfeitas. Não há luta ou conflitos sobre grandes questões e, conseqüentemente, não há necessidade de generais ou estadistas; o que resta é, principalmente, a atividade econômica.

⁴ Alexandre Kojève foi filósofo francês, responsável pela introdução de Hegel na filosofia francesa do século XX. Concentrou-se na filosofia da história de Hegel e é mais conhecido por sua teoria do ‘fim da história’ e por iniciar o ‘marxismo existencial’. Kojève chega ao que é geralmente considerado uma interpretação verdadeiramente original de Hegel através das lentes gêmeas do materialismo de Marx e da ontologia temporalizada de Heidegger. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <https://iep.utm.edu/kojeve/>. Acesso em 05 ago. 2024.

Fukuyama cogita que os movimentos protofascistas teriam desaparecido após a guerra e afirma que o apelo do comunismo no mundo ocidental desenvolvido era menor que em qualquer tempo desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Nas palavras de Fukuyama (1989), “Alemanha, Estados Unidos, Japão são descaradamente pró-mercado e anti-estatistas, e num clima intelectual cujos membros mais “avançados” já não acreditam que a sociedade burguesa é algo que, em última análise, precisa ser superado”.

Neste sentido, ainda em 1989, Fukuyama questiona se haveria uma estrutura político-econômica alternativa ao liberalismo. Mesmo desacreditando de resposta positiva para o referido questionamento, Fukuyama reconhece que, além das contradições de classe, há outras duas contradições na sociedade liberal - o fundamentalismo religioso e o nacionalismo - porém ambas, em certa medida, sob controle.

Segundo Fukuyama (1989), o liberalismo moderno em si foi historicamente uma consequência da fraqueza das sociedades de base religiosa que, não conseguindo chegar a acordo sobre a natureza da boa vida, não conseguia proporcionar nem mesmo as mínimas condições prévias de paz e estabilidade. Na visão do autor, no mundo contemporâneo, apenas o Islã ofereceu um Estado teocrático como alternativa política tanto ao liberalismo como ao comunismo; outros impulsos religiosos menos organizados foram satisfeitos com sucesso na esfera da vida pessoal permitida nas sociedades liberais.

Por outro lado, o nacionalismo continuava sendo uma ameaça ao liberalismo em partes isoladas da Europa pós-histórica. Para Fukuyama, grande parte da tensão étnica e nacionalista mundial pode ser explicada em termos de povos que são forçados a viver em sistemas políticos não representativos que não escolheram. De qualquer sorte, a vida internacional para a parte do mundo que atingiu o fim da história (leia-se, a democracia liberal), está muito mais preocupada com a economia do que com a política ou a estratégia (Fukuyama, 1989).

Estar-se-ia, então, diante de um mundo dominado por preocupações econômicas em que não existem bases ideológicas para grandes conflitos entre nações e em que, conseqüentemente, o uso da força militar se torna menos legítimo. O Fukuyama de 1989 declara o triunfo da democracia e do capitalismo e prevê um fim da história muito triste, no qual a luta pelo

reconhecimento, a vontade de arriscar a vida por um objetivo puramente abstrato, a luta ideológica mundial que suscitou ousadia, coragem, imaginação e idealismo, seria substituída pelo cálculo econômico, pela resolução interminável de problemas técnicos que envolvem preocupações ambientais e satisfação de exigências sofisticadas dos consumidores.

Estaria o Fukuyama da atualidade surpreso com o caminho que a história trilhou? Em sua mais recente obra “Liberalismo e seus descontentamentos”, o autor reconhece que o liberalismo está sob ameaça em todo o mundo. Afirma que o liberalismo tem sido desafiado nos últimos anos não apenas por populistas de direita, mas também pela esquerda progressista. Todavia, na opinião do autor, o descontentamento destes grupos não é por causa de uma fraqueza fundamental da doutrina, mas pela forma como o liberalismo evoluiu ao longo das últimas gerações (Fukuyama, 2022, p. 7).

Ainda que a doutrina originalmente idealizada se mantenha firme e necessária, como defende Fukuyama, o mundo pós-história revela contradições que ameaçam as democracias liberais contemporâneas, ensejando estudos como o presente, que apontam para alguns modelos de gestão estatal existentes no século XXI, buscando avaliá-los enquanto alternativas (ou não) ao liberalismo e ao sistema capitalista.

3 CONTRADIÇÕES QUE A DEMOCRACIA LIBERAL NÃO RESOLVEU

A partir do final da década de 1970, o liberalismo econômico evoluiu para o que hoje é denominado neoliberalismo, o qual aumentou dramaticamente a desigualdade econômica e provocou crises financeiras devastadoras que prejudicaram (e prejudicam) muito mais as pessoas comuns do que as elites ricas em todo o mundo. É esta desigualdade que está no cerne da defesa progressista contra o liberalismo e o sistema capitalista ao qual está associado (Fukuyama, 2022, p. 9).

Os princípios fundamentais do neoliberalismo – livre mercado e desregulamentação, privatização de serviços públicos, redução do estado de bem-estar social e a importância da competitividade e do empreendedorismo – não apenas moldaram a economia global, mas também transformaram profundamente o tecido social, provocando um aumento significativo do abismo que separa os ricos dos pobres.

Ao comentar sobre *O fim da história* de Fukuyama e sua ideia de triunfo da democracia e do capitalismo, Stiglitz (2019, p. 27) declara que a crise financeira de 2008 mostrou que o capitalismo não era tudo aquilo que se esperava: “não parecia nem eficiente, nem estável”.

A crise financeira global de 2008, que teve suas raízes em práticas de mercado desregulamentadas, expôs as falhas do modelo neoliberal e levou a um novo debate sobre a necessidade de uma regulação mais eficaz dos mercados financeiros e uma maior intervenção estatal na economia. Para Mazzucato (2020, p. 331), dentre as repercussões da crise, está uma miríade de críticas ao sistema capitalista moderno: é “especulativo demais”; recompensa os “rentistas” em vez dos verdadeiros “criadores de riqueza”; e permitiu o crescimento desenfreado do sistema financeiro, possibilitando que as trocas especulativas de ativos fossem mais recompensadas do que os investimentos que levam a novos ativos físicos e à criação de empregos.

Sandel (2019, local. 6551) alerta que o capitalismo e a democracia há muito têm uma difícil coexistência, na medida em que o capitalismo busca organizar a atividade produtiva com vistas ao lucro particular e a democracia busca empoderar os cidadãos para que compartilhem o governo. Segundo o autor, desde a sua concepção, a economia política da cidadania foi uma tentativa de conciliar os dois projetos, contudo, nas décadas após Segunda Guerra Mundial, a economia política da cidadania entrou em eclipse, deslocada por uma economia política de crescimento e justiça distributiva. Ainda na visão do autor, liberais e conservadores debatiam que políticas alcançariam o crescimento econômico e como os frutos da prosperidade deveriam ser compartilhados, mas poucos questionavam a suposição de que o único fim da atividade econômica é o consumo; a noção de que uma economia deve servir ao projeto de autogoverno desapareceu do debate político (2019, local. 6553).

O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando igualmente as sociedades, na medida em que estendeu a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida, criando o que Sandel chamou de “concepção consumista de liberdade”. Em suas palavras, “essa concepção individualista está em desacordo com o ideal cívico republicano que crê que liberdade significa compartilhar o autogoverno e ter voz na formação das forças que comandam nossas vidas” (2019, local. 6570).

No início do século XXI, as ideias neoliberais continuaram a influenciar as políticas econômicas em muitos países, mas também começaram a enfrentar crescente resistência. O “descontentamento” que inspirou o nome do novo livro de Fukuyama, também vem sendo percebido por outros estudiosos e cientistas políticos. Sandel aponta que a noção consumista de liberdade alimentou um crescente sentimento de impotência e falhou em inspirar o sentimento de pertencimento e engajamento cívico que o autogoverno exige (2019, local. 6577).

Segundo Souza Neto (2020), já se tornou lugar comum afirmar que a previsão do “fim da história” de Fukuyama foi cabalmente desmentida, mas o que, por vezes, não se ressalta é o fato de que a referida síntese virtuosa foi alcançada por uma versão específica da economia de mercado: o Estado de bem-estar social. O autor ressalta que o trabalhador do Ocidente se afastou da utopia socialista, por conta dos empregos seguros na indústria e o sistema robusto de proteção social, que correspondiam àquele modelo. Todavia, com o fim do bloco soviético, ao invés de o modelo se consolidar no Atlântico Norte e se expandir para o mundo em desenvolvimento, passou a ser deslegitimado por sua suposta vocação ao desequilíbrio fiscal, e se retraiu, sob a hegemonia do neoliberalismo.

Neste contexto, as “políticas de austeridade” se apresentavam como inevitáveis. Há trinta anos, a legislação mundial vem se “padronizando” para se adequar aos limites de intervenção do Estado no domínio econômico preconizado pelo neoliberalismo (Souza Neto, 2020), limites estes que acabam por resultar em um aumento significativo da concentração de riqueza nas mãos de poucos, reforçando as desigualdades sociais.

Noam Chomsky (REQUIEM, 2015), em documentário que revisita o ideal do *American Dream*, faz um panorama histórico e político da desigualdade, questionando a concentração de riquezas por um grupo seleto de pessoas. O documentário aborda ainda outras temáticas, como a flexibilização das leis trabalhistas e a precarização do trabalho, que têm deixado muitos trabalhadores em condições instáveis e inseguras. Além disso, a desregulamentação financeira tem contribuído para crises econômicas recorrentes, mostrando os riscos associados a uma abordagem *laissez-faire* dos mercados. Some-se a isso a crise climática provocada por ações humanas desastrosas que aceleram o aquecimento global e já ameaçam a continuidade da própria espécie.

Nesse clima de descontentamento e desesperança, surgem pensadores como Thomas Piketty (2022, p. 17), que explica a desigualdade como, antes de tudo, uma construção social, histórica e política. Piketty (2022, p. 247-248) defende um socialismo democrático e federal, descentralizado e participativo, ecológico e diversificado, calcado na expansão do Estado social e do imposto progressivo; na divisão do poder nas empresas; nas reparações pós-coloniais e na luta contra as discriminações; na igualdade educacional e nos créditos de carbono; na desmercantilização gradual da economia; na garantia do emprego e da herança para todos; na drástica redução das desigualdades monetárias; e em um sistema eleitoral e midiático salvo do poder do dinheiro.

Estudar as implicações contemporâneas do neoliberalismo tem se mostrado fundamental para compreender o momento de recessão democrática da história da humanidade, que, ao contrário do que previu Fukuyama em 1989, continua sendo escrita e com traços que apontam para a ineficiência do capitalismo e sugerem uma renovação ideológica. Movimentos por justiça econômica, ambiental e social são respostas às práticas neoliberais, e a conscientização sobre essas questões pode estimular a busca por mudanças significativas.

4 MODELOS ALTERNATIVOS DE GESTÃO PARA O SÉCULO XIX

As ideias de Piketty refletem uma tentativa de adaptar a economia e a gestão ao ritmo de constante transformação do século XXI, na busca do tão sonhado equilíbrio entre crescimento econômico e equidade social, quase sempre partindo de uma perspectiva ocidentalizada, o que é comum dada sua origem e as principais influências sobre o seu pensamento. Tal perspectiva é ainda mais forte nas ideias de Fukuyama que, em boa parte da sua obra, acaba por ignorar a diversidade cultural e política fora do Ocidente, quando presume que o “Fim da História” seria o triunfo definitivo da democracia liberal.

Ocorre que a hegemonia do pensamento ocidental retira, por muitas vezes, a oportunidade do pensamento diverso e da ruptura do próprio modo de pensar o mundo. Em contrapartida, sempre houve (e há) no mundo muitos intelectuais dedicados a (re)pensar de modo crítico sobre o modelo capitalista ocidental e sobre as estruturas tradicionais de Estado que, cada dia mais, se mostram ineficientes na redução das desigualdades e na proteção aos

direitos humanos, tais como a vida, a liberdade e a cidadania. Assim constata Dardot e Laval (2016, p. 374):

Além do modo de gestão e suas ferramentas técnicas, a relação entre governantes e governados é radicalmente subvertida. De fato, é toda a cidadania, tal como se construiu nos países ocidentais desde o século XVIII, que é questionada até em suas raízes. É o que se vê em especial pelo questionamento prático de direitos até então ligados à cidadania, a começar pelo direito à proteção social, que foi historicamente estabelecido como consequência lógica da democracia política. “Nada de direitos se não houver contrapartidas” é o refrão para obrigar os desempregados a aceitar um emprego inferior, para fazer os doentes ou os estudantes pagarem por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual, para condicionar os auxílios concedidos à família às formas desejáveis de educação parental. O acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um status que abre portas para direitos, mas o resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário.

Pierre Dardot, também em colaboração com Christian Laval, desenvolveu ideias importantes sobre novas formas democráticas e de governo coletivo de recursos na obra “Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI”. Nela, eles exploram como a noção de “comum” pode ser fundamental para repensar as formas de organização social, econômica e política.

O conceito de “comum” refere-se a recursos ou bens que são compartilhados por uma comunidade, em oposição à propriedade privada ou estatal. Dardot e Laval (2017, p. 322) argumentam que o “comum” não deve ser confundido com o “público”, que está ligado ao Estado, mas sim deve ser gerido e governado de maneira colaborativa pela comunidade que o utiliza. Os autores propõem que o “comum” pode ser uma base para novas formas de organização social e econômica, defendendo a ideia de uma governança democrática dos recursos compartilhados. Essa perspectiva busca repensar as estruturas de poder e propriedade, considerando a participação ativa das comunidades na gestão e preservação dos recursos comuns.

Hardt e Negri (2014, p. 108) explicam que a insistência em controles e regulação estatal parece se revelar como única alternativa contra a destruição engendrada pelas corporações

privadas. Por isso, mesmo quando se tem em vista o “comum”, o resultado acaba sendo um retorno ao controle do estado. Para os autores, o aprofundamento do governo na propriedade pública e no controle estatal em nada contribui para uma aproximação da administração democrática do comum.

Nesta linha de pensamento, enxergam dois caminhos para estimular e cultivar a transição da propriedade pública para o comum e do controle estatal para a autogestão democrática. O primeiro é baseado no princípio da diferença de John Rawls, que, em relação ao bem comum, determinaria que toda função social regulamentada pelo estado, que possa ser igualmente bem administrada em comum, seja transferida para as mãos comuns.

Um exemplo dado é o das propostas de autogestão relativas à vida educacional, que deveriam ser preferencialmente autogeridas, ao invés de serem tomadas pela administração estatal. Do mesmo modo, no que tange aos recursos naturais, seria preferível à administração comum, quando, no mínimo, fosse igualmente eficaz e eficiente.

O segundo caminho a ser perseguido envolve um combate duplo, que consiste na combinação de estratégias em favor do público e contra o poder público, ou seja, a favor da autogestão. Ao mesmo tempo que nem todas as estratégias que afirmam o controle público devem ser rejeitadas, também não se pode satisfazer todas as necessidades apenas com elas. Seria preciso encontrar uma dinâmica capaz de assegurar um movimento rumo ao comum, a exemplo da luta dupla dos movimentos estudantis contra a privatização da educação e para a melhoria da prestação do serviço pelo estado, ou ainda dos diversos movimentos de ambientalistas.

Em sentido mais radical, há movimentos que defendem total ruptura, propondo, inclusive, um modelo de autogestão sem que haja, necessariamente, qualquer estrutura estatal, a exemplo do autogoverno de Rojava.

4.1 CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO. O EXPERIMENTO DE ROJAVA.

No final do ano de 2010, iniciava-se uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Oriente Médio e no Norte da África. A Primavera Árabe, como ficou mundialmente conhecida, tinha como objetivo, em suma, discutir questões sobre a democratização no mundo árabe, a luta contra a opressão e os desafios que os países enfrentam

na construção de sistemas políticos estáveis e democráticos (Elias, 2023). Em 2011, como desdobramento da Primavera Árabe, inicia-se a guerra civil na Síria e, em novembro de 2013, com a intensificação da guerra e o aumento das zonas liberadas, é criada, no norte do país, a Administração Transitória de Rojava (região norte da Síria), buscando construir uma sociedade democrática e livre, com ênfase na igualdade de direitos entre homens e mulheres para que possam conviver em harmonia diferentes grupos étnicos e religiosos (Henriques, 2016).

Ocorre que, desde a década de 1970, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) tem lutado pelos direitos do povo curdo e publicado manifestos que tornaram a questão curda um assunto internacional que afetou todo o Oriente Médio. O povo curdo integra a maior nação sem Estado do mundo. A população de origem curda soma mais de 26 milhões de pessoas, que estão distribuídas nos territórios da Armênia, Azerbaijão, Irã, Iraque, Síria e Turquia, que abrigam mais de 14 milhões de pessoas (Blakemore, 2020).

Nos anos 70, quando o PKK foi formado, o clima ideológico e político internacional se caracterizava pelo mundo bipolar da Guerra Fria e pelo conflito entre os campos socialista e capitalista que também fora objeto de estudo por Fukuyama. Na época, o PKK foi inspirado pelo surgimento de movimentos de descolonização por todo o mundo. Nas palavras de Abdullah Öcalan (2012), teórico político curdo de nacionalidade turca e um dos membros fundadores do PKK:

O Partido nunca considerou a questão curda como um simples problema de origem étnica ou de nacionalidade. Pelo contrário, acreditamos no projeto de libertar nossa sociedade e democratizá-la. Esses objetivos determinaram cada vez mais nossas ações desde a década de 90.

Öcalan é também o criador do Confederalismo Democrático, filosofia política e modelo de organização social que se baseia nos princípios da descentralização, da democracia direta, da igualdade de gênero e da ecologia e que foi implementado nas regiões curdas do norte da Síria, principalmente em Rojava.

O sistema propõe uma estrutura política onde as comunidades locais têm autonomia para tomar decisões que afetam suas vidas, ao mesmo tempo em que se baseiam em princípios democráticos e no respeito à diversidade étnica, cultural e religiosa – direitos humanos. Em vez de um Estado centralizado, apresenta um modelo de democracia participativa, com redes de

autogoverno local interligadas, formando uma confederação democrática de comunidades. Öcalan reafirma o fenômeno para longe do Estado, quando estabelece um paralelo entre este e democracia:

Este tipo de organização ou administração pode ser chamado de administração política não-estatal ou democracia sem Estado. Os processos democráticos de tomada de decisão não devem ser confundidos com os processos conhecidos da administração pública. Os Estados só administram, enquanto democracias governam. Os Estados são fundados no poder; as democracias são baseadas no consenso coletivo. Os cargos no Estado são determinados por decreto, ainda que possam, em parte, ser legitimados através de eleições. As democracias usam eleições diretas. O Estado usa a coerção como meio legítimo. As democracias se baseiam na participação voluntária. O Confederalismo Democrático está aberto a outros grupos políticos. É flexível, multicultural, antimonopolista e orientado para o consenso. A ecologia e o feminismo são pilares centrais. No panorama desse tipo de autoadministração, uma economia alternativa se tornará necessária, o que aumentará os recursos da sociedade em vez de explorá-los e fará, assim, justiça às múltiplas necessidades da sociedade (ÖCALAN, 2012, p.21).

O modelo político proposto por Öcalan (2012) aponta o capitalismo como o maior responsável pelas desigualdades socioeconômicas, pelo sexismo e pela destruição ambiental no mundo. Busca promover a igualdade de gênero, com uma participação ativa das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão. Também enfatiza a sustentabilidade ecológica, procurando integrar práticas ambientalmente conscientes na estrutura social.

Embora no Confederalismo Democrático o foco esteja no nível local, Öcalan (2012) afirma que o confederalismo globalmente organizado não está excluído. O autor entende que é preciso edificar uma plataforma de sociedades civis nacionais na forma de assembleia confederada, para fazer oposição às Nações Unidas como uma associação de Estados nacionais sob a liderança das superpotências. Somente dessa forma, segundo ele, seria possível obter melhores decisões com vista à paz, à ecologia, à justiça e à produtividade no mundo.

4.2 SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

O socialismo democrático tem seus primeiros registros históricos no século XIX, mas foi popularizado pelos socialistas que se opuseram ao retrocesso em direção a um estado de partido único na União Soviética e em outras nações durante o século XX (Eatwell, 1993), defendendo a ideia de que as mudanças sociais e econômicas em direção a uma sociedade mais igualitária devem ser realizadas por meio de processos democráticos, respeitando os direitos civis e políticos.

As lições de Piketty vêm aquecendo a discussão sobre o tema, ao propor um socialismo democrático participativo e federal, ecológico e diversificado, que, nas palavras do próprio autor, “não passa da prolongação lógica de um movimento de longo prazo rumo à igualdade, iniciado a partir do fim do século XVIII” (2022, p. 237).

De acordo com Eatweel (1993, p. 96), há um reconhecimento generalizado de que uma política de classe tem de ser expandida para incorporar outras dimensões da desigualdade (como a de gênero) e outras áreas de exploração (notadamente do ambiente), envolvendo um tipo de política de base mais ampla do que a tradicionalmente praticada pelos socialistas.

Os debates sobre regimes alternativos e as múltiplas formas de socialismo ganharam força desde a crise de 2008 e à medida que os impasses de desigualdade e climáticos colocaram em evidência as contradições do capitalismo e em cheque a sua permanência como modelo hegemônico. Para Piketty (2022, p. 247), é “bem possível que os confrontos ideológicos do futuro se assemelhem mais a uma batalha dos socialismos do que à guerra dos capitalismo frequentemente evocada”.

Sandel (2023, local. 7273) aponta que a maioria dos americanos sente que sua voz não importa, que não tem uma participação significativa sobre o modo como é governado. Esse sentimento de impotência, que se aprofundou nas últimas décadas (não apenas nos Estados Unidos), está no centro do descontentamento da democracia e é uma das consequências cívicas corrosivas das vastas desigualdades de renda e riqueza produzidas por décadas de globalização impulsionada pelas finanças.

O fato é que, desde o século XIX, surgiram muitas tentativas teóricas e práticas de implementar um sistema alternativo – o socialismo – caracterizado por planejamento racional a longo prazo, relações sociais não antagônicas e justas, e convivência harmoniosa com o meio ambiente (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 101). Entretanto, a sustentabilidade e a eficácia do socialismo como alternativa ao modo de produção capitalista, assim como as outras alternativas apresentadas neste estudo, em última análise, só poderão ser avaliadas a partir das experiências reais.

A China é a experiência mais avançada e, de acordo com Jabbour e Gabriele (2021, p. 244), o socialismo com características chinesas é considerado por políticos e acadêmicos de todos os quadrantes políticos a encarnação de uma possível alternativa progressista ao capitalismo no século XXI. Ocorre que, o socialismo autoritário da China, na prática, assemelha-se cada vez mais a uma ditadura digital perfeita, tão perfeita que, afirma Piketty (2022, p. 243), ninguém quer se parecer com ela. Não há qualquer transparência nas deliberações do partido, ao passo que a vigilância generalizada da população só aumenta, além da repressão a dissidentes e minorias, e da brutalização do processo eleitoral.

Piketty (2022, p. 248) defende que, se os países ocidentais, ou parte deles, abandonassem as posturas capitalistas e nacionalistas habituais e adotassem um discurso baseado no socialismo democrático e na erradicação do neocolonialismo, com ênfase em medidas de justiça fiscal e de divisão das receitas multinacionais e dos bilionários em escala mundial, “isso permitiria não apenas reconquistar a credibilidade dos países do Sul, mas também pressionar o socialismo autoritário chinês a abandonar seu entrenchamento em termos de transparência e democracia”.

Para além das experiências dos Estados Unidos e da China, cabe investigar as contribuições advindas dos países da América Latina. Nesse sentido, Hardt e Negri (2014, p. 110) acreditam que os governos formados na região desde a década de 1990 até a primeira década do século XX, com apoio dos diversos movimentos sociais contra o neoliberalismo e a favor da autogestão democrática, podem fornecer ideias importantes para construção do futuro democrático.

4.3 BEM VIVER: UMA REAÇÃO LATINO-AMERICANA

Nas últimas décadas, surgiram inúmeras mobilizações e rebeliões populares na América Latina, especialmente nos territórios indígenas equatoriano e boliviano, com propostas de mudança que se apresentam como caminhos para uma transformação civilizatória.

Alberto Acosta (2011, p. 24) apresenta, em seu livro “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar novos mundos”, as propostas revolucionárias que ganharam força política e foram integradas às constituições daqueles países – o “Buen Vivir”, no Equador, e o “Vivir Bien”, na Bolívia. O autor apresenta o processo decorrente da matriz comunitária de povos andinos e amazônicos, que vivem em harmonia com a Natureza, explicando que os indígenas não são pré-modernos nem atrasados e que seus valores e experiências sintetizam uma civilização viva, que demonstrou capacidade para enfrentar a Modernidade colonial.

O Bem Viver, também relatado como *sumak kawsay* (kíchwa), *suma qamaña* (aymara) ou *nhandereko* (guarani), propõe uma visão muito mais diversificada para o conceito de desenvolvimento e já está colocado na pauta dos debates globais.

Acosta (2011, p. 25) alerta que o Bem Viver se trata de um ordenamento social fundamentado na vigência dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza, inspirado na reciprocidade e na solidariedade, o que, dentro do capitalismo, é definitivamente impossível. O autor pondera que, apenas colocar o Bem Viver na Constituição não será suficiente para superar um sistema que é, em essência, a civilização da desigualdade e da devastação. Por esta abordagem, não significa que o capitalismo deve ser totalmente superado para que, só depois, o Bem Viver possa se tornar realidade. Acosta afirma que valores, experiências e práticas do Bem Viver continuam presentes, como tem sido demonstrado ao longo de cinco séculos de colonização constante. Em suas palavras, “para entender as implicações do Bem Viver, que não pode ser simplesmente associado ao “bem-estar ocidental”, há que recuperar a cosmovisão dos povos e nacionalidades indígenas”.

Observa-se que o Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder, propondo um discurso contra hegemônico que subverta o discurso dominante e suas práticas de dominação.

Ao mesmo tempo em que o Bem Viver se apresenta como uma alternativa ao desenvolvimento, também se coloca como uma tarefa de (re)construção que, como aponta Acosta (2011, p. 69), passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos. Segundo Acosta (2011, p. 72):

O Bem Viver propõe uma cosmovisão diferente da ocidental, posto que surge de raízes comunitárias não capitalistas. Rompe igualmente com as lógicas antropocêntricas do capitalismo enquanto civilização dominante e com os diversos socialismos reais que existiram até agora – que deverão ser repensados a partir de posturas sociobiocêntricas e que não serão atualizados simplesmente mudando seus sobrenomes.

A tarefa é, portanto, árdua, na medida em que exigirá um processo de descolonização nos âmbitos político, social, econômico e cultural, especialmente acerca da concepção ocidental do termo “desenvolvimento”. Vale notar que, segundo Acosta (2011, p. 43), “o Bem Viver não se sustenta na ética do progresso material ilimitado, entendido como acumulação permanente de bens” e, em especial ao que o autor chama de “desaparecimento do outro” em função da permanente competição entre seres humanos, cujas consequências são a devastação social e ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado demonstra que a “vitória descarada do liberalismo econômico e político” pregada por Fukuyama destoa da realidade atual e o capitalismo dá sinais de falência, na medida em que não consegue entregar o que os sistemas democráticos demandam. Em 1989, Fukuyama olhou ao redor do mundo e acreditou ter havido um colapso universal do governo autoritário em favor da democracia, confiante no triunfalismo ocidental. Porém, aquele estado final, no qual a sociedade finalmente se conformaria ao padrão subjacente da natureza humana, ainda não chegou. Ao contrário. As contradições, antes apontadas como algo que ajudariam a minar a concorrência de ideologias, apresentam-se atualmente como potencializadoras de conflitos e revoluções encabeçadas por grupos que já não se conformam com tantas desigualdades.

Repensar as formas de democracia perpassa por decidir, coletivamente, em que tipo de sociedade a humanidade deseja viver no futuro. Se a proposta é de uma sociedade mais

tolerante, inclusiva e igualitária, é preciso abandonar os conceitos individualistas mais enraizados no modelo de gestão atual. Perpassa pela superação do nacionalismo, do que “é bom apenas para mim”, para que sejam oportunizadas alternativas que sejam “boas para todos”. É preciso pensar na desconcentração de rendas e riquezas, não apenas dentro de cada um dos países, como também de forma global. O modo de pensar multicultural parece ser um bom começo.

Diante deste cenário, modelos alternativos de organização social e política – confederalismo democrático, socialismo democrático e o Bem Viver – que têm em comum a valorização da participação popular, a diversidade e a sustentabilidade, surgem como importantes vieses de concretização dos direitos humanos na pós-modernidade.

É preciso começar agora. Importante que os intelectuais de todas as nações se reúnam para debater e desenvolver ideias e soluções, ainda que inicialmente se mostrem utópicas ou de difícil aplicação, tal como os neoliberais fizeram no Colóquio Walter Lippmann, em 1938, na Conferência de Bretton Woods, em 1944, na criação da sociedade *Mont Pèlerin*, em 1947, e no Consenso de Washington, em 1989.

Considerando que o “fim da História” previsto por Fukuyama fracassou descaradamente, outro bom começo pode consistir em fortalecer a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), para que possa voltar a contribuir com a apresentação de ideias que exponham as necessidades próprias da região. É importante estar pronto para a ação, quando o momento histórico apropriado se apresentar.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar novos mundos.** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Editora Elefante, 2011.

BLAKEMORE, Erin. **Os curdos estão espalhados por quatro nações, mas quem são eles?** O maior grupo étnico sem pátria do mundo encontra-se em uma das regiões mais politicamente instáveis do planeta, (s.l.), nov. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2019/09/curdistao-curdos-guerra-turquia-ira-iraque-siria-armenia-pais-nacao>. Acesso em: 31 jul. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

EATWELL, Roger. **Contemporary Political Ideologies** (1ª ed.). Nova Iorque: Routledge, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780429038839>. Acesso em: 31 jun. 2024.

ELIAS, Alice. **Primavera Árabe**: Os movimentos lutaram por justiça, democracia, direitos humanos, dignidade e liberdade dos abusos policiais, São Paulo, mai. 2023. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/50927>. Acesso em: 31 jul. 2024.

FUKUYAMA, Francis. **Origem e Decadência Política**: Da Revolução Industrial à Globalização da Democracia. Tradução de Nivaldo Montigelli Jr. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, Washington, DC; n. 16, p. 3–18, 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24027184>. Acesso em 13 jul. 2024.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo. Boitempo, 2011.

HENRIQUES, Frederico. **A primavera árabe e as transformações da luta curda**: A primavera árabe e as transformações da luta curda, São Paulo, abr. 2016. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2016/04/primavera-arabe-luta-curda/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

INTERNET ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY: A Peer-Reviewed Academic Resource. **Alexandre Kojève (1902-1968)**. Reino Unido [s.d.]. Disponível em: <https://iep.utm.edu/kojeve/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

KANAAN, Hanen Sarkis. O fim da história e o último homem (Francis Fukuyama). **PerCursos**, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/download/1451/1224>. Acesso em 16 jul. 2024.

MAZZUCATO, Mariana. **O valor de tudo: produção e apropriação na economia global**. Tradução Camilo Adorno, Odorico Leal. 1ª ed. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2020.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. **Declaração: isto não é um manifesto**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: n-1 edições, 2014

ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático**. Primeira edição. Londres: International Initiative, 2012. Disponível em <http://www.freedom-for-ocalan.com/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PIKETTY, Thomas. **Uma breve história da igualdade**. Tradução Maria de Fátima Oliva do Couto. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

REQUIEM for the American Dream with Noam Chomsky. [2015] 1 vídeo de (1h12min). Publicado pelo canal Gravitas Documentaries. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WEnv5I8Aq4I>. Acesso em: 01 ago. 2024.

SANDEL, Michael J. **O descontentamento da democracia: uma nova abordagem para tempos perigosos**. Tradução Lívia Almeida. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023. *e-Book*.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Democracia em crise no Brasil: valores constitucionais, antagonismo político e dinâmica institucional**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020, *e-Book*.

STIGLITZ, Joseph E. **Povo, poder e lucro: capitalismo progressista para uma era de descontentamento**. Tradução Alessandra Bonrruquer. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.